

## **Análise do Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação do Programa de Concessões de Parques Estaduais de Minas Gerais**

Cristiane Fróes Soares dos Santos<sup>a</sup>  
Simone Magela Moreira<sup>b</sup>

### **Resumo**

O polimorfismo do espaço pode ser um importante fator de desenvolvimento regional e a atratividade do território favorece a determinação das rotas para a ampliação do ecoturismo. O presente artigo propõe analisar o perfil das Unidades de Conservação inseridas no Programa de Concessão de Parques Estaduais de Minas Gerais, contribuindo para avanços na gestão e no monitoramento. Para tanto, a partir da metodologia do Índice de Atratividade Turística, se estabeleceu os atributos biofísicos, sociais e de manejo das 20 UC para fins de classificação, e posterior comparação quanto à média de visitação entre 2015 e 2019. Os resultados demonstram que as áreas inseridas no Programa se concentram na Mata Atlântica (50%) ou na transição desta para o Cerrado, estão em regiões mais desenvolvidas e populosas do estado. Além disso, são do tipo extensiva (65%), apresentando-se, porém, com uma grande diversidade em seus ambientes internos e externos. A partir de tal heterogeneidade, concluí-se ser necessário um estímulo às novas parcerias público privadas e a implantação de uma administração com base nas singularidades, em uma antítese da massificação normativa atualmente vigente, permitindo assim, a ampliação do olhar, de modo que todos os biomas possam ser preservados, junto ao máximo suas habilidades, exclusivas de cada unidade.

**Palavras-chave:** Gestão em Turismo, Visitante, Unidades de Conservação, Política Pública.

### **Abstract**

#### **Analysis of the Tourist Attractiveness Index of Protected Areas in the Concession Program of Minas Gerais State Parks**

The polymorphism of space can be an important factor for regional development and the attractiveness of the territory favors the determination of routes for the expansion of ecotourism. This article proposes to analyze the profile of Protected Areas included in the Minas Gerais State Park Concession Program, contributing to advances in management and monitoring. To this end, based on the methodology of the Tourist Attractiveness Index, the biophysical, social and management attributes of the 20 PAs were established for classification purposes, and subsequent comparison regarding the average visitation between 2015 and 2019. The results show that the areas included in the Program are concentrated in the Atlantic Forest (50%) or in its transition to the Cerrado, are in more developed and populous regions of the state. In addition, they are of the extensive type (65%), presenting, however, with a great diversity in their internal and external environments. Based on such heterogeneity, we conclude that it is necessary to encourage

- a. Mestre em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG. Bambuí, Minas Gerais, Brasil. E-mail: crisfss@yahoo.com.br
- b. Doutora em Ciência Animal pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG. Bambuí, Minas Gerais, Brasil. E-mail: simone.moreira@ifmg.edu.br

new public-private partnerships and the implementation of an administration based on singularities, in an antithesis of the current normative massification, thus allowing the expansion of the look, so that all biomes can be preserved, along with the maximum of their abilities, unique to each area.

**Keywords:** Tourism Management, Visitor, Protected Areas, Public Policy.

## Resumen

### **Análisis del Índice de Atractividad Turística de las Áreas Naturales Protegidas del Programa de Concesiones de Parques Estatales de Minas Gerais**

El polimorfismo del espacio puede ser un factor importante para el desarrollo regional y el atractivo del territorio favorece la determinación de rutas para la expansión del ecoturismo. Este artículo se propone analizar el perfil de las Áreas Naturales Protegidas incluidas en el Programa de Concesión de Parques Estaduales de Minas Gerais, contribuyendo para avances en la gestión y monitoreo. Para ello, con base en la metodología del Índice de Atractivo Turístico, se establecieron los atributos biofísicos, sociales y de gestión de las 20 AP para fines de clasificación y posterior comparación respecto a la visitación promedio entre 2015 y 2019. Los resultados muestran que las áreas incluidas en el Programa se concentran en la Mata Atlántica (50%) o en su transición al Cerrado, están ubicados en regiones más desarrolladas y pobladas del estado. Además, son del tipo extensivo (65%), presentando, sin embargo, una gran diversidad en sus ambientes internos y externos. Con base en tal heterogeneidad, concluimos que es necesario impulsar nuevas alianzas público-privadas y la implementación de una administración basada en singularidades, en una antítesis de la masificación normativa actual, permitiendo así la ampliación de la mirada, para que todos los biomas puedan ser preservados, junto con el máximo de sus habilidades, único para cada área.

**Palabras clave:** Gestión del Turismo, Visitante, Áreas Protegidas, Política Pública.

## INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecido pela Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e regulamentado pelo Decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002, categoriza os parques como sendo os únicos, dentre as unidades de conservação (UC) pertencentes ao grupo de proteção integral, cuja criação objetiva explicitamente, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. Tais normativas se baseiam no pensamento contemporâneo de que o excursionismo, se bem gerenciado, pode auxiliar a conservação por aproximar a sociedade e favorecer a valoração ambiental das áreas protegidas (Leung et al., 2019).

Em 2015, pela terceira vez consecutiva, o Brasil foi considerado o primeiro em atrativos naturais, num ranking de 141 países (Ministério do Turismo [MTUR], 2016). Desde então, a visitação em unidades federais aumentou cerca de 20%, sendo mantida, contudo, uma reconhecida dificuldade em gerenciar as exigências de preservação, na perspectiva da exploração. Porém, o país encontra-se muito ultrapassado quanto às políticas específicas para o turismo, se comparado a outros países com menor diversidade paisagística. Ainda que frequentemente sejam expostos destinos com múltiplos encantos, na ausência de infraestruturas

como hospedagens no entorno e facilidade de acesso, por exemplo, o interesse não se mantém e não há a sua consolidação como ponto turístico (Khatri, 2018).

No gerenciamento de tais áreas, variadas responsabilidades de conservação da biodiversidade, do seu patrimônio natural e cultural precisam ser atendidas, conjuntamente ao bem-estar dos visitantes. Aspectos relacionados à visitação propriamente dita, às expectativas dos visitantes e às limitações financeiras, constituem relevantes desafios à sustentabilidade (Souza et al, 2017; O'Connor et al., 2005). E, quando mantidos exclusivamente pelos órgãos públicos, estes revelam limitações para o gerenciamento, não somente pela escassez orçamentária, mas também pelos reptos relacionados à eficiência dos gastos empregados (Instituto Semeia [SEMEIA], 2014).

Por isso, nos últimos anos, parcerias públicas privadas (PPP) tornaram possíveis por meio das concessões, que a gestão dos serviços de visitação das UC passasse a ser realizada pela iniciativa privada. No modelo, a concessionária é incentivada a investir no turismo, já que a rentabilidade aumenta à medida que os parques se tornam mais visitados. E assim, a concessão em parques se tornou uma das estratégias para melhorias na gestão e no planejamento de atividades que atendam ao público-alvo.

Nesse cenário, em 2019, o estado de Minas Gerais lançou o Programa de Concessões de Parques Estaduais (PARC), visando aprimorar a visitação e promover o desenvolvimento do turismo sustentável em suas UC (IEF, 2021). Porém, para garantir que os recursos naturais e culturais sejam perpetuados, é importante que os interesses e o comportamento dos visitantes sejam considerados, no âmbito da chamada “indústria” do turismo, a fim de aperfeiçoar as experiências ofertadas e ainda reduzir os impactos da atividade turística.

Para cada categoria de área protegida existe um perfil particular de visitantes e a falta de conhecimento sobre estes, pode originar degradação e destruição (Spenceley et al, 2015). Porém, concessionárias e o poder público precisam se manterem cientes de que, no desafio de tornar a atividade produtiva, diferentes variáveis impactam na estrutura organizacional. Por isso, consideramos o índice de atratividade turística (IAT) como uma estratégia inicial para a gestão, uma vez que se relaciona ao perfil de visitantes, permitindo um melhor direcionamento dos recursos e investimentos, favorecendo a sustentabilidade do sistema de unidades de conservação (Souza, 2016).

Desse modo, o presente estudo objetiva a caracterização abrangente das unidades de conservação dentro do PARC, utilizando o Índice geral de Atratividade Turística (IAT) e avaliando as ofertas recreativas de cada UC em contextos internos e externos. O cerne de nossa análise decorre do reconhecimento de que as decisões na escolha dos destinos para as viagens são muitas vezes contingentes a esses atributos integrais dos ambientes interno e externo (Hu & Ritchie, 1993). Essa categorização, portanto, tem o potencial de colaborar para futuros estudos sobre a viabilidade econômica e financeira das concessões e, simultaneamente, facilitar os processos de tomada de decisão para as políticas públicas, valendo-se das peculiaridades que enriquecem a diversidade no âmbito do turismo. Adicionalmente, pretende ressaltar a importância primordial da conservação e estabelecer sua ligação com o avanço sustentável do turismo, mesclando os elementos fundamentais das unidades de conservação com seu papel integral na preservação ambiental e no turismo.

## MÉTODOS

O estado de Minas Gerais administra 94 UC, tendo sido consideradas na pesquisa, todas aquelas unidades integrantes do Programa de Concessões de Parques (Tabela 1), formalizado pelo Acordo de Cooperação Técnica, que envolveu o IEF, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT) e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA). O Programa objetiva o desenvolvimento e a implementação de um novo modelo de gestão do turismo nas UCs estaduais, por meio de parcerias com a iniciativa privada, no intuito de proporcionar uma melhor experiência para os visitantes; fortalecer a atividade turística nos municípios e regiões adjacentes; bem como, valorizar a riqueza natural e cultural do estado (IEF, 2021a).

Cada uma das 20 Unidades do estudo possui características peculiares importantes para o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), e que foram incluídas por se destacarem como destinos turísticos na natureza.

**Tabela 1** – Descrição das Unidades de Conservação Estaduais de Minas Gerais por sua unidade regional do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e área

Nº	Unidade de Conservação Estadual	Unidade Regional	Área (ha)
1	Monumento Natural <i>Peter Lund</i>	Centro Norte	72
2	Monumento Natural Gruta Rei do Mato	Centro Norte	141
3	Parque Estadual do Ibitipoca	Zona da Mata	1.488
4	Parque Estadual do Itacolomi	Centro Sul	7.543
5	Parque Estadual da Lapa Grande	Norte	15.360
6	Parque Estadual da Mata do Limoeiro	Rio Doce	2.056
7	Parque Estadual Nova Baden	Sul	214
8	Parque Estadual do Rio Doce	Rio Doce	35.976
9	Parque Estadual do Rio Preto	Alto Jequitinhonha	12.184
10	Parque Estadual do Sumidouro	Centro Norte	2.001
11	Área de Proteção Ambiental Parque Fernão Dias	Metropolitana	98
12	Floresta Estadual do Uaimií	Centro Sul	4.398
13	Parque Estadual do Biribiri	Alto Jequitinhonha	16.999
14	Parque Estadual do Pico do Itambé	Alto Jequitinhonha	6.520
15	Parque Estadual do Pau Furado	Triângulo Mineiro	2.184
16	Parque Estadual da Serra das Araras	Alto Médio São Francisco	11.137
17	Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	Zona da Mata	14.984
18	Parque Estadual da Serra Nova e Talhado	Norte	49.890
19	Parque Estadual da Serra do Papagaio	Sul	25.872
20	Parque Estadual da Serra do Rola-Moça	Metropolitana	3.940

**Fonte** – Elaborado pelo autor, 2022.

O estudo baseou-se na análise do IAT das unidades de conservação estaduais, esta metodologia foi criada por Souza (2016) no julgamento e na

comparação das áreas protegidas federais, sendo posteriormente simplificado por Souza *et al.* (2017). Trata-se de uma metodologia já utilizada como instrumento de gestão do uso público por entidades reconhecidas, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), atuante nas UC federais.

Ambas as referências demonstram que o ambiente interno e o externo, por meio dos seus atributos biofísicos, sociais e gerenciais, possuem relação com o aumento da visitação em UC.

As variáveis úteis na identificação desses atributos foram obtidas por meio do banco de dados (não publicado) do IEF, permitindo especificar os fatores de determinação dos IAT considerados no julgamento e comparação (Tabela 2).

**Tabela 2** – Relação das variáveis e seus indicadores utilizados para definição do Índice de Atratividade Turística das unidades de conservação inseridas no Programa de Concessões de Parques Estaduais de Minas Gerais

<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>Atributos Biofísicos</b>	
Variedade Natural/Cultural	Número de diferentes tipos de atrativos naturais e culturais (montanhas, cachoeiras, ruínas...)
Atratividade Cênica	Número de citações do nome da UC e atrativo mais importante em pesquisa no <i>Google</i> entre aspas
<b>Atributos Sociais</b>	
Diversidade de Atividades	Número de atividades de recreação e esporte (caminhada, escalada, casamento...)
Número de Encontros	Área da UC (hectares) / (número de visitantes anual / por dia)
<b>Atributos de Manejo</b>	
Infraestrutura	Número de diferentes estruturas oferecidas (mirantes, estacionamento, CV...)
Serviços	Número de diferentes serviços oferecidos (transporte, guias, alimentação...)
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>Atributos Biofísicos</b>	
Atrativos Regionais	Número de atrações turísticas na região que a UC está inserida, medida através de número de opções "O que fazer" no site <i>TripAdvisor</i> no município de entrada da UC
Acesso Público	Tempo de viagem do aeroporto mais próximo ( <i>Google Maps</i> )
<b>Atributos Sociais</b>	
Contexto Socioeconômico	Média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios incluídos num <i>buffer</i> de 100km
Densidade Populacional	Número de pessoas vivendo nos municípios dentro de um <i>buffer</i> de 100 km em volta da UC
<b>Atributos de Manejo</b>	
Estabelecimentos de Hospitalidade	Número de estabelecimentos de hospedagem e alimentação mencionadas no site <i>TripAdvisor</i> no município de entrada da UC

Fonte – Souza et al. (2017)

A partir das pontuações do IAT que resultaram na classificação das UCs como primitivas, semi-primitivas, extensivas, intensivas ou altamente intensivas (Tabela 3), as UCs foram comparadas quanto às médias do número de visitantes, de 2015 a 2019. Os dados de 2020 e 2021 não foram incluídos, pois durante a pandemia da COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 (Zhou et al., 2020) as visitas permaneceram suspensas (Hockings, 2020). De igual modo, visando reduzir a interferência de outros episódios que poderiam impactar os resultados do número de visitantes, como surto de febre amarela (J. Oliveira, 2018), a troca de contrato dos funcionários em 2017 (Santiago & Lança, 2019) e incêndios florestais (Marra, 2019), optou-se por utilizar esse intervalo de cinco anos.

**Tabela 3** – Classificação das Unidades de Conservação do Programa de Concessão de Parques Estaduais de Minas Gerais (PARC), a partir do Índice de Atratividade Turística, definida pelos seus Ambientes (Interno e Externo) e seus Atributos (Biofísico, Social e de Manejo)

UC	Ambiente Interno				Ambiente Externo				Classe Final
	Biofísico	Social	Manejo	Índice do Ambiente	Biofísico	Social	Manejo	Índice do Ambiente	
APA Parque Fernão Dias	1,5	1,5	1,5	1,5	3,5	4,0	4,0	3,8	2,7
MNE Estadual Peter Lund	3,5	4,0	3,5	3,7	2,5	2,5	2,0	2,3	3,0
MNE Gruta Rei do Mato	3,5	4,0	3,5	3,7	3,0	4,0	3,0	3,3	3,5
PE do Sumidouro	4,0	4,5	3,5	4,0	3,5	4,0	3,0	3,5	3,8
PE do Biribiri	4,0	4,0	3,5	3,8	3,0	2,0	3,0	2,7	3,3
PE Pau Furado	3,5	2,5	2,5	2,8	4,0	3,5	4,0	3,8	3,3
PE do Rio Doce	4,5	3,5	4,5	4,2	3,0	3,0	4,0	3,3	3,8
PE do Ibitipoca	4,5	5,0	5,0	4,8	3,5	2,5	4,0	3,3	4,1
PE do Itacolomi	4,5	3,0	4,5	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
PE Lapa Grande	3,5	3,0	2,5	3,0	3,0	2,5	4,0	3,2	3,1
PE Mata do Limoeiro	2,0	2,5	2,5	2,3	2,5	4,0	3,0	3,2	2,8

(continua...)

**Tabela 3** – Continuação.

UC	Ambiente Interno				Ambiente Externo				
	Biofísico	Social	Manejo	Índice do Ambiente	Biofísico	Social	Manejo	Índice do Ambiente	Classe Final
PE Nova Baden	3,5	3,5	2,5	3,2	3,5	3,0	4,0	3,5	3,3
PE Pico do Itambé	3,5	3,0	3,0	3,2	2,5	2,0	3,0	2,5	2,8
PE do Rio Preto	4,5	3,5	5,0	4,3	3,0	2,0	3,0	2,7	3,5
PE Serra das Araras	3,0	2,5	1,5	2,3	1,5	2,0	2,0	1,8	2,1
PE Serra do Brigadeiro	4,0	3,0	3,0	3,3	2,5	2,5	3,0	2,7	3,0
PE Serra Nova e Talhado	4,0	3,5	3,0	3,5	2,0	2,0	3,0	2,3	2,9
PE Serra do Papagaio	5,0	3,0	3,0	3,7	3,0	3,0	3,0	3,0	3,3
PE Serra do Rola-Moça	3,5	3,5	3,0	3,3	4,5	4,0	5,0	4,5	3,9
FLOE do Uaimif	3,5	3,5	2,5	3,2	4,0	4,0	4,0	4,0	3,6

Nota. Primitiva (verde-escuro), Semi-Primitiva (verde-médio), Extensiva (verde-claro), Intensiva (rosa-claro) e Altamente Intensiva (laranja).

Parque Estadual (PE); Monumento Natural Estadual (MNE); Floresta Estadual (FLOE); Área de Proteção Ambiental (APA).

**Fonte** – Adaptado de IEF, 2020a.

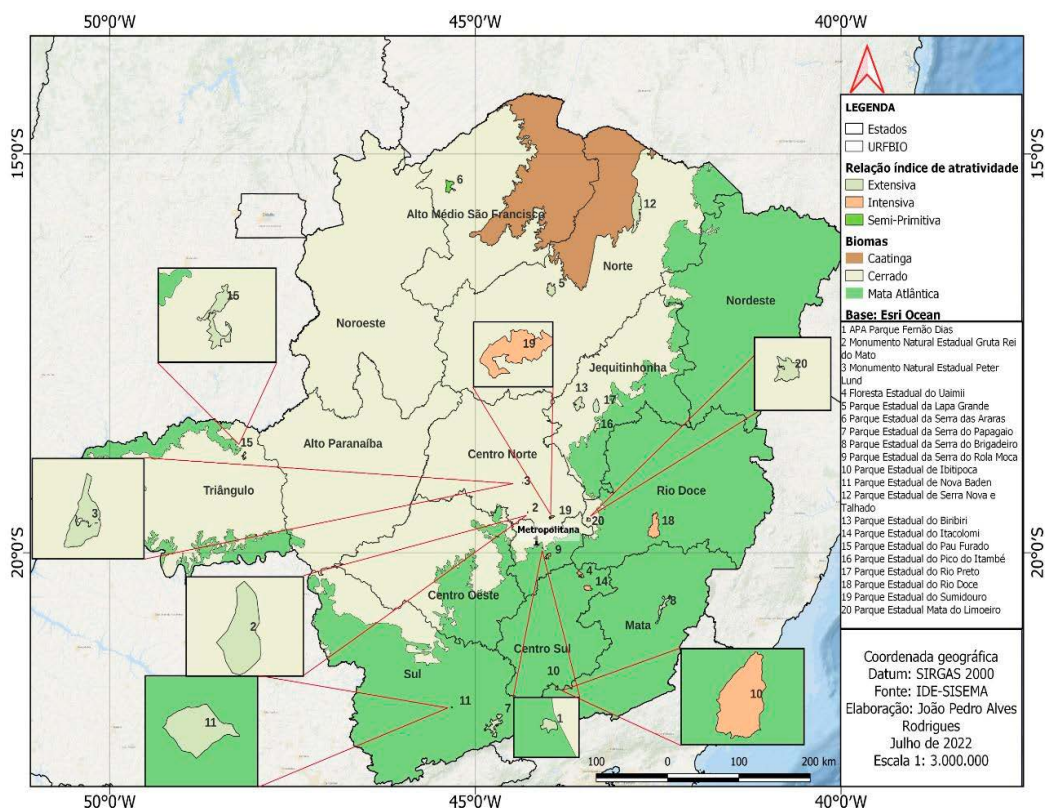
Cabe lembrar que segundo o autor de referência, foram indexados indicadores para cada atributo utilizando-se de parâmetros numéricos (escala de até cinco pontos) e descritivos que se encontram mais bem detalhados em sua tese (Souza, 2016). O mesmo autor propõe ainda, um perfil geral interno e externo considerados conceitualmente, ao longo deste artigo, sob o prisma das particularidades das UC estaduais mineiras.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A distribuição espacial das 20 unidades de conservação que participaram PARC revelou que se encontram presentes em diferentes biomas do estado, com multiplicidade de IAT (Figura 1).



**Figura 1** – Unidades de Conservação integrantes do Programa de Concessões de Parques Estaduais de Minas Gerais, distribuídas segundo o bioma e a classificação do Índice de Atratividade Turística a que pertencem em 2022



Fonte – Elaborado pelas autoras (2022)

Minas Gerais propicia uma variedade de paisagens e relevos revestidos por vegetações características de três biomas brasileiros. O Cerrado na porção centro-ocidental se distribui em 54% do território; a Mata Atlântica, na porção oriental que ocupa 40% e a Caatinga, restrita ao norte, é o bioma presente em 6% do estado (IEF, 2020a). Essa diversidade de ecossistemas traz consigo características singulares que devem ser consideradas no incremento dos empreendimentos turísticos (Polette, 2004).

Quando correlacionados os IAT dos parques aos biomas que representam, ressalta a falta de unidades do PARC na região da Caatinga. Apesar de ocupar uma pequena área do território mineiro, a caatinga necessita de investimentos por ser o único bioma exclusivamente brasileiro, cuja riqueza biológica não é vista em nenhum outro lugar do planeta (Cavalcante, 2009). Esta falta de interesse para a sua conservação pode ser o reflexo de um equívoco histórico, já que no passado, acreditou-se ser o resultado da degradação de outros biomas, como a Mata Atlântica ou a Floresta Amazônica (Alves, 2007). Atualmente no Brasil, menos de 1% da caatinga é protegida, sendo o bioma com o menor número de UC em proteção integral. Apesar de, em Minas Gerais a caatinga possuir 8,3% de sua área protegida por unidades de conservação (IEF, 2022), a situação fundiária não definida, as faltas de recursos humanos e financeiros colocam em risco a efetividade e viabilidade da conservação da biodiversidade destas áreas



(Cavalcante & Neto, 2007), necessitando de urgentes intervenções, e reforçando o porquê da falta de áreas a serem investidas pelo privado.

As concessões para a iniciativa privada se distribuíram, portanto, entre os demais biomas do território mineiro e apresentam-se com variados IAT. Oito parques de IAT extensivo, um semi primitivo e um intensivo estão localizados no Cerrado e os demais, na Mata Atlântica, sendo cinco extensivos e cinco intensivos.

Nota-se nessa disposição, que grande parte das unidades com IAT intensivo se concentram na Mata Atlântica ou na transição desta para o Cerrado, localizadas, na maioria, em regiões mais desenvolvidas e populosas (AMM, 2014). Conforme o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF) (sd), apesar de ser um *hotspot*<sup>1</sup> da biodiversidade, a Mata Atlântica é considerado um dos mais ameaçados de extinção no mundo, com quase 90% da sua cobertura vegetal destruída ao longo do país, e onde se concentra 70% do PIB nacional, sendo, portanto, alvo de muita publicidade e programas de recuperação e conservação dessas áreas. Em Minas Gerais, o Projeto de Proteção da Mata Atlântica (Promata), durante os períodos de 2004 a 2012, foi responsável por impulsionar grandes investimentos em fiscalização, recuperação de mata nativa, proteção e estruturação das unidades de conservação (IEF, n.d), dando maior suporte para a atividade turística nas áreas deste bioma.

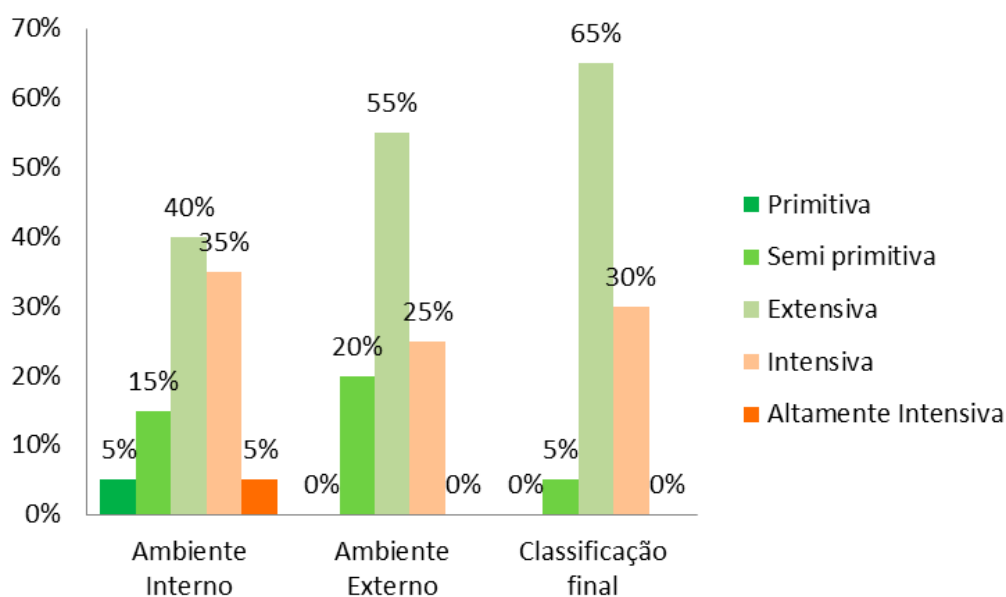
Já os parques semi primitivos e extensivos do Cerrado, nas regiões norte e central do estado, respectivamente, se localizam em áreas com um forte legado de abandono político e desfavorecidas economicamente (AMM, 2014). Este achado pode representar uma esperança para tais regiões, já que diversas motivações conduzem a escolha por determinado destino (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBIO], 2018). Mesmo que a atividade turística seja incipiente e com pouco aporte de recursos, o Cerrado possui atributos que favorecem experiências em trilhas, muitas cachoeiras, e atrativos que atendem as expectativas de grupos que buscam realizar um passeio em contato com a natureza como o ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural, por exemplo (I.J.Oliveira, 2017). O mesmo autor reforça ainda que o bioma vem sendo foco na reconstrução da imagem de municípios e estados como produto turístico, visando planejamentos mais estratégicos para atrair esse público ecoturista. Iniciativas estas, fundamentais para aumentar a visitação nesses destinos, despertar o interesse das parcerias privadas e promover o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

Seguindo a análise comparativa dos parques em concessões, a classificação do IAT quanto aos ambientes internos e externos das UC (Figura 2) oferece detalhes que podem ser de muita utilidade para as estratégias de gestão.

---

1. *Hotspot*: bioma que conjuga alto índice de espécies endêmicas com alto grau de ameaça pela atividade humana.

**Figura 2** – Índice de atratividade quanto aos ambientes internos e externos das unidades de conservação inseridas no Programa de Concessões de Parques Estaduais de Minas Gerais, em 2022



Fonte – IEF (2020b)

Observa-se um maior percentual de UC extensivas, tanto na classificação geral (65%), quanto nos atributos internos (45%) e externos (55%). Conforme Souza (2016), tal categorização refere-se aos parques que possuem uma infraestrutura básica e onde, durante as incursões, há poucos encontros entre os visitantes, sendo possibilitados locais com maior privacidade. Normalmente são destinos regionais ou próximos a cidades de médio porte, com a oferta de bares/restaurantes, supermercados e hospedagens, para atendimento ao público. Os acessos podem requerer deslocamento em estrada não pavimentada de até duas horas. Com isso, a visita se torna possível em apenas um dia e nem sempre a UC é o atrativo exclusivo para o viajante (Souza, 2016). São exemplos de unidades preponderantemente extensivas, os Parques da Lapa Grande, em Montes Claros, Nova Baden, em Lambari, e Serra do Brigadeiro, na zona da mata, abrangendo 8 municípios (IEF, 2020b).

Diagnóstico realizado pelo SEMEIA (2023) com os parques do Brasil, relevou ser bastante desafiador gerir essas áreas diante de suas carências administrativas e financeiras, sendo este fator um desestímulo da visitação, considerando a relevância dos serviços e equipamentos turísticos em uma localidade (Santos *et al*, 2011). No entanto, as parcerias têm sido eficazes no fortalecimento dos órgãos gestores e valorização das unidades de conservação como destinos de natureza (SEMEIA, 2023).

Em contrapartida, conforme exposto pelo Plano Nacional de Turismo (2014), parques com características extensivas podem não fornecer os subsídios mínimos espaciais, gerenciais, e, principalmente, econômicos para que delegações de serviços mais robustas tenha viabilidade, sendo importante estudar

o tipo de parceria que se adequa ao perfil de cada unidade, a fim de se evitar esforços em iniciativas que sejam inexequíveis (SEMEIA, 2019).

Uma iniciativa que se destaca são os denominados “Circuitos Turísticos”, instituídos em 2003 em Minas Gerais, com o objetivo de consolidar as atividades regionais de forma integrada entre os municípios e promover um turismo mais sustentável (Secretaria de Estado de Cultura e Turismo [SECULT], 2020). A regionalização favorece a integração e a cooperação intersetorial (MTUR, 2007), sendo ainda mais valorizado após o advento da pandemia pelo COVID-19, quando barreiras sanitárias direcionaram o turista para destinos mais próximos dele (Lopes, 2020). Essa integração é primordial para fortalecer a cadeia produtiva do turismo e aumentar a competitividade dos destinos (MTUR, 2010), dessa forma essas UC podem desenvolver uma perenidade como atrativo, favorecendo o interesse pelas concessionárias.

Ambientes internos intensivos estão presentes em 35% dos parques pesquisados (Figura 2). Parques do Rio Doce, nos municípios de Marliéria, Dionísio e Timóteo, Sumidouro, em Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, e Rio Preto, em São Gonçalo do Rio Preto, são exemplos dessa caracterização por possuírem paisagens de interesse nacional, com infraestruturas voltadas para uma visita ativa, com grande variedade de atividades e serviços como hospedagens, restaurantes/lanchonetes, lojas de souvenir, dentre outras comodidades que beneficiam o turismo (Souza, 2016). Em tais UC, o planejamento e o manejo são fundamentais para a gestão que deve satisfazer as expectativas dos visitantes e ao mesmo tempo, minimizar os impactos causados por estes (ICMBio, 2018).

Quanto ao ambiente externo, 25% dos parques apresentaram atributos de atratividade intensiva, sendo considerados destinos turísticos já consolidados, que frequentemente estão localizados próximos a uma capital ou grandes centros urbanos, com acesso fácil e rápido. Como consequência, normalmente recebem turistas de todo o país. O Parque Pau Furado, nos municípios de Uberlândia e Araguari, é um exemplo dessa caracterização, por estar localizado em um destino indutor estadual, ou seja, um núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos (SECULT, n.d). Parques desse tipo possuem equipamentos e serviços turísticos complementares às unidades que são imprescindíveis para a visita. Conforme o MTUR (2010), apenas se considera produto turístico quando há, concomitantemente, uma oferta de experiências e serviços disponíveis aos usuários, como atrações, transporte, alimentação, hospedagens, dentre outros.

Desde a década de 1970 e 1980 o ecoturismo vem crescendo, devido à busca por refúgios de lazer em meio à natureza conservada, permitindo ainda, durante as visitas, o contato com culturas e hábitos singulares, em ambientes diferentes daqueles vigentes na agitação das metrópoles, mercado este ainda em ascensão, sendo o fator motivador de 18,6% dos turistas estrangeiros no Brasil (MTUR, 2008, MTUR, 2023). Dentre os parques pesquisados, apenas um deles, a Área de Proteção Ambiental Parque Fernão Dias, localizado entre os municípios de Betim e Contagem, apresentou-se como primitivo em sua área interna, resultado da pouca atratividade cênica, ausência de serviços e equipamentos de visita e sem evidências de uso público (Souza, 2016). Tais atributos isoladamente podem ser considerados negativos para as concessões. Porém, o seu ambiente externo foi classificado como intensivo, já que se encontra localizado em

área urbana, onde há um maior potencial de visitantes, o que pode acarretar no aumento de interesse de investimentos pelas iniciativas privadas.

De modo geral, características associadas ao primitivismo, trazem complicadores como o isolamento geográfico, as dificuldades de acesso, e, muitas vezes, falta de equipamentos turísticos. Porém, existe uma demanda de público para tais cenários, e isso é algo que precisa ser melhor desenvolvido no Brasil. De acordo com uma pesquisa do *US News and World Report* (2022), o Brasil foi considerado como o melhor destino de turismo de aventura, e, ainda conforme o Ministério do Turismo (2022), o ecoturismo é um dos principais motivos das viagens a lazer pelos estrangeiros no país. Clark (2022) ainda complementa que muitos aventureiros reforçam que o propósito da conexão com a natureza é que exista menor fluxo turístico em áreas naturais.

Outro parque que reflete a necessidade de investimentos é o Parque Estadual Serra das Araras, localizado no município de Chapada Gaúcha, único do tipo semi-primitivo que foi alvo para possível concessão no programa pesquisado. Esta UC se encontra em região afastada dos centros urbanos, com pouca estrutura para a recepção e para o deslocamento. Com isso, apesar de possuir relevantes atrativos cênicos como serras, veredas, rios, dentre outros, recebe predominantemente, apenas os moradores locais. Tal situação cria um fluxo ineficiente, à medida que seu entorno não se beneficia com a criação da UC, oferecendo baixo impacto para o desenvolvimento econômico da região. Por valorizar as pessoas, o patrimônio cultural e histórico, resguarda a dignidade dos trabalhadores e das comunidades, preservando os costumes locais com incentivo ao resgate das tradições (Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2015), o turismo concretiza sua responsabilidade de incorporar os interesses de todos no planejamento que assegura o desenvolvimento das proximidades onde realiza suas atividades. No contexto da governança, os investimentos precisam ser cuidadosamente planejados, em arranjos políticos complexos, para evitar o desperdício de recursos e para que o turismo cresça como um todo (Souza *et al.*, 2017).

De igual modo, nenhuma das UC cedidas em parceria privada apresentou classificação final do IAT altamente intensiva. Estas se referem às que apresentam um padrão internacional de visitação, com estruturas interna e externa completas e variadas, com facilidades de acesso para viajantes longínquos. Este desprovimento corrobora o indicativo de que o Brasil não está valorizando o mercado estrangeiro, apesar da soma de 6,3 milhões de turistas internacionais em 2019 (MTUR, 2021; Pieri & Netto, 2015). Apesar das potencialidades do país, trabalhar em escala mundial requer *know how*, sendo a falta de mão de obra e de infraestrutura, dois dos maiores problemas para o desenvolvimento do setor (Rotunno, 2017).

Diante disso, percebe-se que todas as classificações apresentadas possuem especificidades que atraem determinado perfil de visitante, e, dessa forma, o uso do Índice de Atratividade Turística (IAT) permite identificar estrategicamente quais atributos carecem de mais investimentos ou quais áreas têm maior perspectiva de crescimento por demanda (SOUZA *et al.*, 2017).

Avaliados em conjunto, os resultados demonstram uma disparidade entre os ambientes internos e externos das UCs mineiras, afetando fortemente as estratégias de gestão estaduais. Dentre as 20 unidades do estudo, 11 (55%) apresentam atributos gerenciais, sociais e biofísicos em dessemelhança, carecendo de um

planejamento particularizado para atender aos requisitos de cada classificação. Atentar-se para tais divergências reduz os equívocos observados nas ações em que o Governo investe na estruturação de determinada UC, sem considerar a capacidade do entorno em atender à demanda esperada. Isso resulta no desperdício dos recursos por falta de planejamento e uma visão integradora (Souza, 2016). É importante que haja um trabalho conjunto com as prefeituras locais e o *trade* para fomentar o turismo nessas áreas. Como exemplo, conforme IEF (2022), destaca-se o Parque Estadual do Rio Preto que possui uma infraestrutura adequada, mas a circunvizinhança não apresenta condições para atender aos visitantes, resultando em um fluxo reduzido de visitação, aquém do seu potencial. De igual modo, cercanias com estrutura adequada para atendimento ao turista não garantem fluxos de visitas, quando o alvo da visitação, no caso a UC, não conta com investimentos necessários para atender a demanda destes visitantes de forma satisfatória. Um exemplo disso é o que ocorre no Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, e a Floresta Estadual do Uaimii, em Ouro Preto, onde a insuficiência de infraestrutura interna resulta em uma visitação que pode oferecer riscos ambientais.

A seguir foram analisadas as variações do tamanho das UC e do número de visitantes recebidos pelas unidades de conservação no período, de acordo com os IAT (TABELA 4) correspondentes.

**Tabela 4** – Variação da média de área e visitação (entre 2015 a 2019) conforme a classificação final do Índice de Atratividade Turística das unidades de conservação inseridas no Programa de Concessões de Parques Estaduais de Minas Gerais

Atratividade final	Número de visitantes (média)	Área média (ha)	Visitantes/ hectare
Semi-Primitiva	666	11.137	0,06
Extensiva	16.298	11.275	1,45
Intensiva	32.633	9.224	3,54

Fonte – IEF (2022).

Com a comparação foi possível perceber que há uma maior visitação (65,79%) nas unidades estaduais intensivas. Contudo, diante de toda a potencialidade do estado, somam-se em um volume ainda muito baixo, se comparado com os Estados Unidos, que apenas em 2019 recebeu 330 milhões de visitantes nos parques nacionais (*National Park Service*, 2022). Da mesma forma ocorre no sistema federal, em que a visitação (75%) se concentra em apenas 10 de 137 áreas protegidas avaliadas (Fundação Grupo Boticário, 2021).

Apesar do Brasil se destacar por sua riqueza em ambientes naturais, e que a maioria dos destinos de ecoturismo encontram-se inseridos em unidades de conservação, ainda existem muitas pessoas (35%) que nunca visitaram algum parque natural, podendo-se apontar algumas barreiras que inviabilizam esse tipo de passeio, tendo como principais fatores: o custo da viagem (47%) e a distância (18%) (SEMEIA, 2020). Fato este que evidencia a necessidade de se definir estratégias para se alavancar o turismo nessas áreas, sendo uma delas a implementação de parcerias privadas, diante das dificuldades de gestão do uso público pelo poder público.

A recreação e o turismo nas unidades de conservação é um direito estabelecido por lei, mas os espaços destinados para tais práticas são geralmente muito restritos (Reis & Queiroz, 2017), fazendo com que a relação visitante por hectare seja baixa. Esta questão é atual e gerou novas reflexões, após a ocorrência da pandemia de 2019. Algumas áreas de preservação aproveitaram o período de distanciamento social e os limites quanto ao pico de visitantes, de modo a aumentar a qualidade das experiências destes durante as visitas (Mandic & Kennel, 2021). Sem conhecimento sobre tais ajustes dentre as UC estudadas, tal abordagem pode servir como referência para que sejam projetadas experiências inovadoras alinhadas ao baixo fluxo de visitantes, fazendo desta, uma estratégia de resiliência frente as dificuldades atuais.

Esperava-se que o número de visitantes aumentasse à medida que as outras variáveis intervenientes - internas e externas - também se fizessem mais presentes. Porém, a ausência de tal concordância ressalta o fato de que as UC se encontrarem ainda subaproveitadas, atraindo visitantes por suas belezas naturais, mas são desprovidas de manutenção e modernização das estruturas destinadas a atender as expectativas desses frequentadores (SEMEIA, 2020).

Outro aspecto relevante foi demonstrado, acerca das unidades intensivas: Devido ao fato de serem em média, menores que as demais, é provável que estejam sendo submetidas à uma maior pressão dos visitantes por hectare de área conservada. De acordo com Gama et al., (2005), junto aos visitantes um conjunto de elementos podem interagir com o sistema, ocasionando ou intensificando os problemas ambientais que devem ser inicialmente conhecidos, de modo a possibilitar um controle e uma gestão mais eficiente. Soma-se a isso o fato de que muitas dessas UC que não possuem planos de manejo ou outros instrumentos de gestão de ordenamento ambiental e turístico, que integre os diversos usos dos seus recursos ambientais, sob a perspectiva do fluxo de visitantes, de acordo com as particularidades de cada unidade geoambiental, agravando os efeitos.

Mesmo que existam políticas nacionais e estaduais que estabelecem planejamentos para o turismo, a gestão local é de suma importância, pois é no destino que a atividade ocorre e o desenvolvimento é fortemente comprometido quando existem apenas planejamentos genéricos (Pieri & Netto, 2015; Pîeghie & Matei, 2020). Por isso, compreender as características das UCs e as condições para os fluxos turísticos são basilares para oportunizar experiências exitosas aos visitantes com segurança, mínimo impacto e que favoreça o desenvolvimento sustentável (Benkhard, 2018). Além disso, facilita a seleção de novas áreas, revelando lacunas de conservação que devem ser preenchidas (Pinto et al., 2006).

## CONCLUSÃO

A partir das heterogeneidades observadas nas áreas protegidas de Minas Gerais, concluímos ser necessário a implantação de uma administração com base nas singularidades, em uma antítese da massificação normativa atualmente vigente, permitindo assim, a ampliação do olhar, de modo que todos os biomas possam ser preservados, junto ao máximo suas habilidades, exclusivas em cada parque.

O PARC precisa vir acompanhado de um incremento nas políticas públicas, com aporte de recursos e incentivos para formalização de parcerias público



privadas para que as UC ultrapassem os limites da visitação regional nos quais seus atrativos ambientais colaborem para o desenvolvimento econômico, baseado em premissas de conservação.

O Índice de Atratividade Turística é uma metodologia com base na contextualização das unidades de conservação federais, dessa forma, percebe-se a necessidade de adequações para replicar às realidades estaduais e municipais das áreas naturais protegidas. Ressalta-se ainda, que as classificações não são estáticas e que devem ser atualizadas conforme a necessidade.

Além disso, este estudo baseou-se exclusivamente a partir dos dados disponibilizados pelo IEF, e limitou-se às unidades de conservação inseridas no Programa de Concessões. Recomenda-se, dessa forma, a aplicação da metodologia em outras unidades de conservação, a fim de se obter um panorama geral do estado de Minas Gerais, e ainda, entendemos a importância de realizar uma análise individual de cada atributo apresentado, a fim de compreender quais variáveis interferem na visitação destas UCs.

Trata-se, portanto, de um estudo incipiente para incitar a cadeia produtiva do turismo e escoltar práticas sustentáveis que reduzam os custos e minimizem o impacto social e ambiental dos empreendimentos que venham a ser implantados nas unidades de conservação mineiras.

---



---

## REFERÊNCIAS

- Alves, J. J. (2007). Geocologia da Caatinga no semiárido do nordeste brasileiro. *Climatologia e Estudos da Paisagem*, Rio Claro, 2(1), 57-71. <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/view/266>
- Associação Mineira de Municípios. (2014, junho 06). Caracterização econômica das regiões de planejamento. Recuperado em janeiro, 2022, de <https://portalamm.org.br/caracterizacao-economica-das-regioes-de-planejamento/#:~:text=Os%20munic%C3%ADpios%20polos7%20da%20regi%C3%A3o,%2C1%25%20dos%20empregos%20formais>
- Benkhard, B. (2018). Determination of tourist flow patterns in a low mountain study area. *Tourism & Management Studies*, 14(3), 19–31. <https://doi.org/10.18089/tms.2018.14302>
- Plano Nacional de Turismo. (2014). Parques Nacionais (Apêndice D). [https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-do-turismo/2-1parques\\_nacionais.pdf](https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-do-turismo/2-1parques_nacionais.pdf)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2015). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf)
- Cavalcante, M. B.; Mariano Neto, B.. (2007). Reflexões sobre os impactos sócio-ambientais da atividade ecoturística no Parque Estadual da Pedra da Boca, Paraíba. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia/UFU, 8 (24), 46-55. <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15610>
- Cavalcante, M. B. (2009). Ecoturismo no bioma Caatinga: o caso do Parque Estadual da Pedra da Boca, Paraíba. *Nordestina de Ecoturismo*, Aracaju, 2(1), 25-38. <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/ecoturismo-no-bioma-caatinga-o-caso-do-parque-estadual-da-pedra-da-boca-paraiba.pdf>

- Clark, M. (2022). Conservationists say tourist development of national parks is changing their purpose. ABC News. Recuperado em 26 jul. 2022.  
<https://www.abc.net.au/news/2022-07-23/tourism-development-national-parks-conservationists-unhappy/101261750>
- Decreto nº 4.340, 22 de agosto de 2002. Diário Oficial, Brasília. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm).
- Fundação Grupo Boticário. [2021]. As Unidades de Conservação, os desafios e oportunidades para o turismo na retomada da economia. Curitiba: Fundação Grupo Boticário. <https://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/Biblioteca/Turismo%20em%20%C3%A1reas%20naturais.pdf>
- Gama, S.V.G; Dutra, F.F; Xavier, T.F. (2005). Os Vetores de pressão em Unidades de Conservação urbana: A problemática ambiental da APA e do Parque do Mendanha - zona oeste do Rio de Janeiro (RMRJ). Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. pp.5711-5229. <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Procesosambientales/Impactoambiental/07.pdf>
- Hockings, Marc; et al. (2020). Ensaio Editorial: Covid-19 e áreas protegidas conservadas. Tradução: André Ribeiro, Melissa Harkin. SEMEIA, Coalizão Pró-UC [https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/final\\_covid\\_e\\_areas\\_protegidas\\_e\\_conservadas\\_logoiucn.pdf](https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/final_covid_e_areas_protegidas_e_conservadas_logoiucn.pdf)
- Hu, Y; Ritchie, J.R.B. (1993). Measuring Destination Attractiveness: A Contextual Approach. Journal of Travel Research, 32, 25-34. <https://doi.org/10.1177/004728759303200204>
- Instituto Brasileiro de Florestas. (n.d). Bioma Mata Atlântica. Recuperado em abril 10, 2022, de <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica>
- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. (2018). Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC. [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/rovuc\\_rol\\_de\\_oportunidades\\_de\\_visitacao\\_em\\_unidades\\_de\\_conservacao.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/rovuc_rol_de_oportunidades_de_visitacao_em_unidades_de_conservacao.pdf)
- Instituto Estadual de Florestas. (2020a). Cobertura vegetal de Minas Gerais. Recuperado em janeiro 26, 2022, de [http://www.ief.mg.gov.br/florestas#:~:text=cobertura%20vegetal%20de%20minas%20gerais,-%c3%9altima%20atualiza%c3%a7%c3%a3o%20\(seg&text=as%20veredas%20e%20os%20campos,rios%20s%c3%a3o%20francisco%20e%20jequitinhonha.&text=a%20mata%20seca%20aparece%20no,vale%20do%20rio%20s%c3%a3o%20francisco](http://www.ief.mg.gov.br/florestas#:~:text=cobertura%20vegetal%20de%20minas%20gerais,-%c3%9altima%20atualiza%c3%a7%c3%a3o%20(seg&text=as%20veredas%20e%20os%20campos,rios%20s%c3%a3o%20francisco%20e%20jequitinhonha.&text=a%20mata%20seca%20aparece%20no,vale%20do%20rio%20s%c3%a3o%20francisco)
- Instituto Estadual de Florestas. Núcleo de Projetos Especiais. (2020b). Banco de dados do Índice de atratividade das unidades de conservação estaduais.
- Instituto Estadual de Florestas. (2021). Programa de Concessões dos Parques Estaduais – PARC. Recuperado em junho 04, 2021, de <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/2697>
- Instituto Estadual de Florestas. Diretoria de Unidades de Conservação. (2022). Banco de dados das Unidades de Conservação.
- Instituto Estadual de Florestas. (n.d). Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Minas Gerais - Promata. Recuperado em abril 10, 2022, de <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/171?task=view>
- Instituto Semeia. (2014). Unidades de conservação no Brasil: A contribuição do uso público para o desenvolvimento socioeconômico. <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/Passivo/UC%20Brasil.pdf>
- Instituto Semeia. (2019). Guia Prático de Parcerias em Parques. [https://semeia.org.br/arquivos/2019\\_Guia\\_pratico\\_de\\_Parcerias\\_em\\_Parques.pdf](https://semeia.org.br/arquivos/2019_Guia_pratico_de_Parcerias_em_Parques.pdf)

- Instituto Semeia. (2020). Parques do Brasil: Percepções da População. [https://semeia.org.br/relatorios/semeia\\_parquesdobrasil\\_percepcoes.pdf](https://semeia.org.br/relatorios/semeia_parquesdobrasil_percepcoes.pdf)
- Instituto Semeia (2023). Diagnóstico do uso público em parques brasileiros: A perspectiva da gestão. Pesquisa 2023. 6ª edição. Recuperado em junho, 06, 2023. <https://semeia.org.br/wp-content/uploads/2023/04/diagnostico-do-uso-publico-em-parques-brasileiros-2023.pdf>
- Khatri, S. K. (2018). Infrastructural Deficiency of Tourism Services in Shuklaphanta National Park for Promoting Ecotourism. [Project Paper, Institute of Forestry, Tribhuvan University]. Hetauda, Nepal. [https://www.researchgate.net/publication/335213685\\_INFRASTRUCTURAL\\_DEFICIENCY\\_OF\\_TOURISM\\_SERVICES\\_IN\\_SHUKLAPHANTA\\_NATIONAL\\_PARK\\_FOR\\_PROMOTING\\_ECO-TOURISM](https://www.researchgate.net/publication/335213685_INFRASTRUCTURAL_DEFICIENCY_OF_TOURISM_SERVICES_IN_SHUKLAPHANTA_NATIONAL_PARK_FOR_PROMOTING_ECO-TOURISM)
- Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000. Diário Oficial, Brasília. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm).
- Leung, Yu-Fai, Spenceley, Anna, Hvenegaard, Glen, e Buckley, Ralf (eds.) (2019). Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas. Diretrizes para sustentabilidade. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas No. 27, Gland, Suíça: IUCN. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PAG.27.pt>
- Lopes, Francely. (2020, novembro 12). Turismo regional: uma luz no fim do túnel. Diário do Comércio. Recuperado em janeiro 26, de 2022, de <https://diariodocomercio.com.br/opiniaio/turismo-regional-uma-luz-no-fim-do-tune>
- Mandic, A., and J. Kennell. (2021). Smart Governance for Heritage Tourism Destinations: Contextual Factors and Destination Management Organization Perspectives. *Tourism Management Perspectives*, 39, p. 1–14. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2021.100862>
- Marra, Renan. (2019, setembro 18). Incêndios florestais afetam turismo na região do Pantanal. Folha de São Paulo. Turismo. Recuperado em janeiro 26, 2022, de <https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2019/09/incendios-florestais-afetam-turismo-na-regiao-do-pantanal.shtml>
- Ministério do Turismo. (2007). Introdução à Regionalização do Turismo. [http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros\\_brasil/introducao\\_a\\_regionalizacao\\_do\\_turismo.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/introducao_a_regionalizacao_do_turismo.pdf)
- Ministério do Turismo. (2008). Ecoturismo: orientações básicas. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>
- Ministério do Turismo. (2016). Turismo e Sustentabilidade: orientações para prestadores de serviços turísticos. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/turismo-responsavel/guia-turismo-sustentabilidade#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20do%20Turismo%20apresenta,%3A%20econ%C3%B4mico%20social%20e%20ambiental>.
- Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Segmentação. (2010). Segmentação do turismo e o mercado. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/segmentacao-do-turismo-e-o-mercado.pdf>
- Ministério do Turismo. (2021, março 22). Ministério do Turismo divulga dados do Anuário Internacional. Recuperado em janeiro 26, 2022, de <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-do-turismo-divulga-dados-do-anuario-internacional>
- Ministério do Turismo. (2022). Em 2021, unidades de conservação superam número de visitantes pré-pandemia. Recuperado em junho 27, 2023, de <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-2021-unidades-de-conservacao-superam-numero-de-visitantes-pre-pandemia>

- Ministério do Turismo. (2023). Ecoturismo foi responsável por 1 em cada 4 viagens a lazer realizadas no país. Ministério do Turismo. Notícias. Recuperado em junho 27, 2023, de <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ecoturismo-foi-responsavel-por-1-em-cada-4-viagens-a-lazer-realizadas-no-pais>
- National Park Service. Visitation Statistics.[2022]. Recuperado em junho 11, 2022. de <https://www.nps.gov/subjects/socialscience/highlights.htm> .
- O'Connor, A.; Zenger, A.; Itami, B. (2005). Geo-temporal tracking and analysis of tourist movement. *Mathematics and Computers in Simulation*, 69(1- 2), 135–150. <https://doi.org/10.1016/j.matcom.2005.02.036>
- Oliveira, I. J. (2017). Turismo no Cerrado. *Revista UFG, Goiânia*, 12(9). Recuperado em janeiro 26, 2022, de <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48322>
- Oliveira, J. (2018, fevereiro 01). Medo da febre amarela afasta turistas de Brumadinho. Estado de Minas Gerais. Recuperado em janeiro 26, 2022, de [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/01/28/interna\\_gerais,934099/medo-da-febre-amarela-afeta-turismo-de-brumadinho.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/01/28/interna_gerais,934099/medo-da-febre-amarela-afeta-turismo-de-brumadinho.shtml)
- Pieri, V. S. G.; Netto, A. P (2015). Turismo internacional: fluxos, destinos e integração regional. Boa Vista: Editora da UFRR. [http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo\\_internacional\\_pieri\\_panosso.pdf](http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_internacional_pieri_panosso.pdf)
- Pinto, L. P.; Bedê, L.; Paese, A.; Fonseca, M.; Paglia, A.; Lamas, I. (2006). Mata Atlântica brasileira: os desafios para a conservação da biodiversidade de um hotspot mundial. In: Rocha, C. F. D.; Bergallo, H. G.; Sluys, M. V.; Alves, M. A. S. *Biologia da conservação: essências*. São Carlos: Rima. (pp. 91-118) [https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos\\_restritos/files/documento/2018-11/conservacao\\_mata\\_atlantica.pdf](https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos_restritos/files/documento/2018-11/conservacao_mata_atlantica.pdf)
- Pîrghie, T. F.; Matei, E. (2020). Importance of environment quality in sustainable tourism destinations: The young tourists' perception. *Human Geographies*, 14(2), p. 289–300. [http://humangeographies.org.ro/articles/142/a\\_142\\_7\\_matei.pdf](http://humangeographies.org.ro/articles/142/a_142_7_matei.pdf)
- Polette, Marcus. (2004). Turismo e indicadores ambientais: Uma chance para alcançar a sustentabilidade? [Comunicação oral]. IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócioeconômicos do Pantanal. Corumbá, MS, Brasil. <https://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/MarcusPollete.PDF>
- Reis, A. F.; Queiroz, O.T.M.M. (2017). Visitação no Parque Estadual da Cantareira (PEC): Reflexões sobre o uso recreativo de uma Unidade de Conservação (UC). *Revista de Turismo Contemporâneo –RTC, Natal*, 5(1), p. 42-60, 2017. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2017v5n1ID7750>
- Rotunno, L. (2017, março 21). A importância do turismo internacional no Brasil. Mercado e eventos. Portal Brasileiro do Turismo. Recuperado em janeiro 26, 2022, de <https://www.mercadoeventos.com.br/blogs/a-importancia-do-turismo-internacional-no-brasil/>
- Santiago, P.E.S; Lança, V.S. (2019). A importância do bem receber no espaço público: estudo de caso da empresa RIOTUR e seu serviço de informações turísticas. *Caderno Virtual de Turismo*, 19(1). <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.19n1.2019.1355>
- Santos, A.A.; Rezende, J.L.P.; Borges, L.A.C.; Borém, R.A.T. (2011). Cadeia de serviços turísticos: possibilidade de inclusão social nos parques nacionais brasileiros. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo: 4(1), 208-227. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2011.v4.5913>
- Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. (2020). Regionalização do Turismo. SECULT, 2020. Recuperado em janeiro 26, 2022, de <https://www.secult.mg.gov.br/programas-e-acoes/regionalizacao>

- Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. (n. d). Destinos indutores. Observatório do Turismo de Minas Gerais. Recuperado em março 23, 2022, de <https://www.observatorioturismo.mg.gov.br/?p=4739>
- Souza, T.V.S.B. (2016). Recreation Classification, Tourism Demand and Economic Impact Analyses of the Federal Protected Areas of Brazil. [Tese de Doutorado, University of Florida], Gainesville, Florida, USA. <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=4&rid=370>
- Souza, T.V.S.B; Thapa, B; Castro, E.V. (2017). Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Federais. Parcerias Ambientais Pública-Privada. ICMBIO, 2017. Recuperado em junho 10, 2021, de [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/editais-diversos/editais-diversos-2019/indice\\_de\\_atratividade\\_turistica\\_das\\_ucs\\_brasileiras.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/editais-diversos/editais-diversos-2019/indice_de_atratividade_turistica_das_ucs_brasileiras.pdf)
- Spenceley, A., Kohl, J., McArthur, S., Myles, P., Notarianni, M., Paleczny, D., Pickering, C. and Worboys, G. L. (2015) 'Visitor management', in G. L. Worboys, M. Lockwood, A. Kothari, S. Feary and I. Pulsford (eds) Protected Area Governance and Management, pp. 715–750, ANU Press, Canberra. <http://doi.org/10.22459/PAGM.04.2015>
- US News and World Report. (2022). Best Countries 2022: Global rankings, international news and data insights. Recuperado em junho 27, 2023, de <https://www.usnews.com/media/best-countries/2022-overall-rankings.pdf>
- Zhou, P., Yang, XL., Wang, XG. *et al.* (2020). A pneumonia outbreak associated with a new coronavirus of probable bat origin. *Nature*, 579, p270-273. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2012-7>

Recebido em: 11 de agosto de 2022  
Aprovado em: 30 de agosto de 2022

---

## CONTRIBUIÇÕES:

**Cristiane Fróes Soares dos Santos:** Definição dos problemas de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados, elaboração de tabelas, gráficos e figuras, redação e adequação do manuscrito às normas da RTA.

**Simone Magela Moreira:** Definição dos problemas de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, revisão crítica do manuscrito.